

RESENHA

A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal

Marcio Giusti Trevisol¹

Ana Léia Particheli²

O livro organizado por Nora Krawczyk e Dirce Zan se localiza no contexto educacional brasileiro a partir da Reforma do Ensino Médio. De imediato, no prefácio da obra, escrito por Gaudêncio Frigotto, é apontado o panorama acadêmico, científico e político que a obra pretende discutir. Para Frigotto (2022), os autores se debruçam em um esforço amplo para entender a reforma do Ensino Médio em São Paulo a partir da continuidade do projeto neoliberal e alinhado a uma série de contrarreformas iniciadas após o golpe de 2016 e que retomam a concepção neoliberal da década de 1990. As justificativas da reforma do Ensino Médio são, a saber, os dados de evasão escolar, a falta de atratividade do Ensino Médio para os estudantes e a ineficiência de formar os jovens com capacidades e competências necessárias para o século XXI.

Nesse contexto histórico da "reforma", também vista por alguns estudiosos do tema como uma "contrarreforma", que é gestado o livro *A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal* organizado por Nora Krawczyk e Dirce Zan. A obra é um esforço coletivo de reunir um conjunto de capítulos que são a síntese do trabalho de investigação do grupo de pesquisa EMPesquisa/SP. O grupo tem a intenção de socializar os primeiros resultados de como está ocorrendo a implementação da Reforma do Ensino Médio em São Paulo. Como guia para suas análises, o grupo de pesquisa procura responder os seguintes questionamentos:

1. Quais princípios têm fundamentado a reforma do Ensino Médio?
2. Que sujeitos sociais participam da elaboração e da implementação da reforma e como se está reestruturando a dinâmica estatal?
3. Como professores e estudantes estão avaliando os movimentos iniciais?
4. Que impactos são possíveis de serem já percebidos na organização do trabalho pedagógico?
5. Que alterações estão se produzindo na formação dos jovens e o que esperar das reformas curriculares em curso?

A estruturação do livro é composta por quatro capítulos e uma entrevista. No primeiro capítulo, "Quando tudo começa ... ou (re)começa: pegadas a caminho da reforma do Ensino Médio", escrito por Josilaine Catia Gonçalves, Nora Krawczyk, Sérgio Feldmann

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba/SC – Brasil. E-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6127-1750>

² Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba/SC – Brasil. E-mail: profeanaefi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8387-7897>.

Feldemann de Quadros e Sílvia Forato expõe como ideia central analisar como a reforma do Ensino Médio foi sendo gestada ao longo de várias décadas a partir de continuidade, descontinuidades, rupturas e de momentos de suspensão de projetos hegemônicos. Para os autores, um marco importante é o Projeto de Lei n.º 6840-A/2013. O projeto sinaliza o momento onde tudo começa ou recomeça. Ainda que essa lei de 2013 nunca tenha sido aprovada em plenário, foi a partir dela que foi estruturada a Medida Provisória que deu origem ao projeto de Lei n.º 13415/2017 que, com sua aprovação deu carta branca para a reformulação do Ensino Médio. Esse trâmite ocorreu de forma acelerada durante o regime golpista do então presidente Michel Temer.

O segundo capítulo, denominado de “Primeiros Passos da Reforma do Ensino Médio em São Paulo: o caso da rede regular de ensino”, escrito por Anieli Ferreira de Freitas, Dirce Zan, Fernanda Dias da Silva e Rodolfo Soares Moimaz, é resultado de pesquisa bibliográfica e documental que apresenta a consonância de ações que já estavam em curso na rede de ensino paulista, com as novas orientações federais para o Ensino Médio. O esforço dos pesquisadores foi de apresentar e problematizar as diretrizes e normativas adotadas pela Secretaria de Educação de São Paulo entre os anos de 2019 e 2020.

O terceiro capítulo, escrito por Ana Beatriz Gasquez Porelli e Sílvia Beltrane Cintra, com o título “Centro Paula Souza e a implementação da reforma do Ensino Médio do Estado de São Paulo”, explana sobre as ações iniciais de implementação da reforma do Ensino Médio (2017-2021) no estado de São Paulo, que foram desenvolvidas pelo Centro Paula Souza (CPS), e sobre como se organizou a oferta do V itinerário Formativo na rede de ensino regular. O objetivo central do capítulo é descrever como o Centro Paulo Souza vem desempenhando seu papel de implementação da Lei n.º 13415/2017 nas escolas técnicas de sua rede e na rede estadual regular paulista, bem como discutir como a reforma do Ensino Médio poderá redefinir aspectos internos do Ensino Médio Profissional, ofertado nas Etec, e ainda impactar a educação de nível médio do estado de São Paulo.

O quarto capítulo, de autoria de Cristiane Letícia Nadaletti, Danielle de Sousa Santos, Rogério de Souza Silva e Tatiana de Oliveira, intitulado “Instituto Federal de São Paulo e a reforma neoliberal na educação profissional: entre contradições e disputas”, propõe compreender as mudanças ocorridas no âmbito da política educacional do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) nos últimos anos e a relação dessas transformações com os princípios fundadores da reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017. Com análise documental, o capítulo expõe as contradições de uma reforma baseada na racionalidade neoliberal.

Na quinta parte é apresentada uma entrevista com Rebecca Tarlau sobre o “Consenso por filantropia como estratégia de poder neoliberal”. Na entrevista é perguntado como uma fundação privada organizou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como isso contribui na mudança do papel da educação. Em sua resposta, Tarlau expôs que isso ocorreu de forma natural, fazendo parecer que era um processo de participação, porém, pessoas de sindicatos e da ANPED, com opiniões mais fortes, não foram convidadas. A própria ideia de participação foi com “convidados”, que se limitava a responder perguntas

do “sim concordo” ou “não concordo”, ou seja, “uma participação muito limitada” e que excluiu quem pensasse diferente.

A entrevistada ainda salienta outras redes e fundações, porém fomenta que tais fundações até tem voz, mas não tem tanto poder político e econômico quanto a Fundação Lemann, que organizou a BNCC. Assim, por meio desta reorganização das escolas, baseada em um discurso do neoliberalismo, é que a formação das juventudes trabalhadoras está sendo inserida e moldada.

As cinco partes que compõem a coletânea abordam temáticas, metodologias, epistemologias, políticas educacionais e conceitos que nos servem como base não apenas para entender as condições de implementação da reforma do Ensino Médio em São Paulo, mas, como lente para entender o processo em todas as unidades federativas. Desse modo, em linhas gerais, merece destaque na totalidade, a entrada de organizações paralelas à educação na composição dos grupos de trabalho para implementação das reformas do Ensino Médio. Destaca-se a consultoria técnica e o apoio financeiro de empresas como Itaú BBA, Instituto Itaú e Instituto Natura. Essa união teve como resultado uma carta de Princípios sobre o Ensino Médio Brasileiro, posicionamento sobre a Base Nacional Comum Curricular e proposições favoráveis ao Projeto de Lei (PL) 6840/2013, apresentado ao MEC em março de 2016.

Além desse aspecto, os autores destacam o caráter autoritário das políticas de implementação das reformas do Ensino Médio. Não se pode deixar de citar que, quando se faz reforma de cima para baixo, poder-se-ia dizer “impõe-se”, sem escutar pessoas, profissionais de “chão de sala” é grande a probabilidade de perda de sentido destas políticas.

O sentido do conceito de reforma, empregado ao longo do livro, é adequado para decifrar como a lógica neoliberal colonizou totalmente as políticas educacionais. O neoliberalismo está “escancarado” para quem entende seus mecanismos, porém mostra-se disfarçado como “reforma” necessária para leigos. As narrativas, especialmente do discurso midiático e propagandas são fundamentais para legitimar o ideário de que os jovens devem ser protagonistas com condição de escolher seus itinerários formativos.

O combo de justificativas para a reforma do Ensino Médio está alinhado, para os autores, ao resgate de um discurso tecnicista da década de 1990 e com as pressões decorrentes dos organismos internacionais sob as políticas educacionais. As “REFORMAS” reivindicadas por organismos internacionais, pelos intelectuais da economia e por empresários perdem o sentido próprio da palavra e passam a ter sentido figurado, assim como outras, podendo-se citar como núcleo guia os conceitos de “NOVO”, de “ESCOLHAS”, de “FLEXIBILIDADE” e de “MODERNIZAÇÃO”. Tais palavras foram usadas para implementação do Ensino Médio, porém carregadas de sentido figurado para impor a ideologia e a racionalidade neoliberal. No conjunto dos capítulos, por meio das investigações dos autores no Estado de São Paulo, decifra-se como a racionalidade neoliberal tem impregnado as políticas educacionais e suas consequências para o processo formativo das juventudes. Neste aspecto, os autores fazem referências às políticas neoliberais onde são descritas como tendências globais.

Todo esse processo é entendido pelos pesquisadores que compõem a obra como a lógica para assegurar o Capital Humano, que possui como essência a defesa das competências e do empreendedorismo. A Teoria do Capital Humano, que surgiu em 1958 para demonstrar que investir em educação e saúde, sugere investimentos que possibilitam em larga escala a melhora na taxa de crescimento do país, compondo a conjuntura da LDB, aprovada em 1996. São marcas que evidenciam a gestão da política educacional: terceirização de funções; fatiamento da política educacional num conjunto de programas, nem sempre articulados; e criação do modelo de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Essas políticas propiciam a entrada de entidades privadas, por meio de parcerias público-privadas de gestão na educação. Neste viés, em pleno século XXI, o neoliberalismo, mesmo em crise, consegue impor sua lógica de capital por meio do caráter pedagógico e utilitário de conhecimento.

Em resumo, a reforma nunca foi pensada em vista das demandas dos professores, dos alunos e de suas famílias, mas das estratégias educacionais de empresários do setor educacional, ao custo de eliminar a possibilidade de um currículo igual para todos, consequentemente uma formação igualitária. Os autores do livro concluem que a reforma do Ensino Médio, alicerçada sob a lógica do neoliberalismo, tem levado a um currículo flexível e aligeirado para uma formação adequada as demandas de mercado. Sendo assim um mito dizer que os estudantes possuem autonomia e liberdade para escolherem seus itinerários formativos.

Por fim, registramos que a obra é potente para o contexto educacional que estamos vivendo. As abordagens e as conclusões das investigações fornecem subsídios para entender por dentro das políticas as reformas educacionais do Ensino Médio. O caráter acadêmico, a densidade teórica, a contextualização das políticas educacionais e os apontamentos pedagógicos fazem desta obra uma leitura obrigatória para estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores. Para além do campo acadêmico e científico, o livro contribui com manancial de conceitos e críticas que são combustíveis para todos aqueles que acreditam na educação como democracia e inclusão social.

Referência

KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce (org.). *A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

Como citar este documento:

TREVISOL, Márcio G.; PARTICHEI, Ana L. A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal (Resenha). *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e14408, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i1.14408>.